

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Dino salgou o panetone do Natal de Arthur Lira

No duelo com o Congresso, o STF não tende a piscar

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é amicus curiae da ação que questiona a forma como vêm sendo liberadas as emendas orçamentárias. Ou seja, o movimento é parte no processo que levou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino a suspender na segunda-feira (23) a liberação de R\$ 4,2 bilhões em emendas orçamentárias

e, mais do que isso, mandar a Polícia Federal instaurar um inquérito que deverá ter como alvo das investigações o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na antevéspera do Natal, Dino colocou água no champanhe de Lira e salgou seu panetone. “Do ponto de vista jurídico, não há reparo a fazer à decisão de Dino”, considera o advogado Melillo Dinis, do MCCE.

Rosa Weber

“A decisão de Dino baseia-se literalmente no que tinha antes determinado Rosa Weber”, observa Melillo. Foi ela, quando presidia o STF, quem determinou o fim do chamado orçamento secreto e a necessidade de transparência e rastreabilidade das emendas.

Drible

O problema é que Arthur Lira o tempo todo tratou de tentar driblar a decisão judicial. “E é Lira”, aponta Melillo. “O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nunca se meteu nisso. É preciso entender a quem interessa a falta de transparência com dinheiro público”.

Wilson Dias/Agência Brasil



Comissão de Orçamento: R\$ 50 bi em emendas

MCCE queria busca e apreensão de HDs

Melillo afirma que Dino teria sido até menos duro do que alguns pedidos que constam da ação. O MCCE queria uma ação de busca e apreensão nas dependências do Congresso Nacional dos HDs dos computadores nos quais é definida a distribuição do dinheiro das emendas. Uma decisão que faria sentido. Dino

determinou o envio das atas das reuniões das comissões com o detalhamento da distribuição dos recursos. Essas atas simplesmente não existem. Isso não foi definido em reuniões públicas, mas na surdina. Do ponto de vista político, não há nenhuma justificativa para que o dinheiro público seja distribuído de forma oculta.

Preso

Não será surpresa se logo algum parlamentar de destaque acabe preso por essa farra orçamentária. A Operação Overclean, da Polícia Federal, que investiga irregularidades nas emendas ara o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), entrou na segunda fase.

Timing

Politicamente, Dino pode ter adotado o timing perfeito. Sua decisão aconteceu depois que o Congresso entrou em recesso e tudo estava votado. Em tese, Câmara e Senado só retornam em fevereiro. Lira poderia fazer uma convocação extraordinária, mas não é provável.

Corrupção

“Não se pode afirmar, porque ainda está em curso. Mas a Operação Overclean aponta claramente para a existência de corrupção e lavagem de dinheiro”, diz Melillo. E de outra forma talvez não fosse mesmo: que interesse haveria em fazer destinações ocultas?

Quem pisca?

Certamente, porém, o jogo não vai parar aqui. “Os dois lados vão tentar esticar a corda”, aposta Melillo. “Para ver quem pisca primeiro”. O STF está unido, diz o advogado, em torno de Dino. “Ao que tudo indica, nessa história não será o STF quem vai piscar”.

Dino suspende emendas e joga duro com Congresso

Decisão bloqueia R\$ 4,2 bilhões, e determina investigação

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Rudolfo Lago

Na antevéspera do Natal, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino resolveu endurecer com o Congresso Nacional. Decisão do ministro suspendeu a liberação de R\$ 4,2 bilhões em emendas orçamentárias de comissão que não teriam seguido as regras de transparência e rastreabilidade que haviam sido determinadas.

Além disso, o ministro determinou que a Polícia Federal instaura um inquérito para investigar as suspeitas de irregularidades na liberação dos recursos orçamentários. Uma investigação que acabará podendo ter como alvo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Dino quer que a investigação detalhe como Lira teria descumprido as determinações do STF, negociando a liberação dos recursos sem a necessária transparência. A decisão de Dino foi tomada em ação movida pelo Psol, com o apoio de diversas instituições, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

Governo

Na verdade, ao investigar como a liberação aconteceu, Dino acaba jogando responsabilidade também sobre o governo. O STF havia determinado que as emendas só poderiam ser liberadas se claramente fosse possível saber que deputado ou senador destinou o recurso, para qual município, de qual estado e para qual finalidade. Isso não aconteceu com 5,5 mil emendas cujas liberações foram determinadas. Essas emendas foram liberadas após um ofício da Câmara, de número 1.4335.458/2024.

Tal ofício foi feito de comum acordo com o Executivo. Ele é assinado por diversos líderes de partidos. Inclusive pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Uma reação de Dino e do STF já era esperada desde que o governo cedeu e liberou as emendas no curso das negociações para aprovar o pacote de corte de gastos na semana passada. Era, porém, esperado, que



Dino: investigação pode chegar em Lira

Dino bloqueasse a liberação. O que surpreendeu é que ele foi além, pedindo à Polícia Federal a instauração do inquérito.

Paradoxo

Para Dino, toda a negociação que resultou na liberação das emendas é “paradoxal”. O governo negociava com o Congresso num esforço para cortar despesas, como forma de cumprir com as regras de responsabilidade fiscal. No entanto, viu-se obrigada a liberar uma bilionária quantidade de recursos para obter a boa vontade dos deputados e senadores.

“Não é compatível com a ordem constitucional, notadamente com os princípios da Administração Pública e das Finanças Públicas, a continuidade desse ciclo de denúncias, nas tribunas das Casas e nos meios de comunicação, acerca de obras malfeitas, desvios de verbas identificados em tribunais de contas e controladorias, malas de dinheiro sendo

apreendidas em aviões, armários ou jogas por janelas”, escreveu Dino na sua decisão.

Overclean

No mesmo dia em que Dino tomava sua decisão, seguia na Polícia Federal a Operação Overclean, que investiga desvio de recursos de emendas orçamentárias em obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Na primeira fase da Operação, o vereador Francisquinho Nascimento (União), da cidade de Campo Formoso, na Bahia, tentou livrar-se do flagrante jogando uma mala de dinheiro pela janela.

O Correio da Manhã apurou que Dino obteve o apoio de todos os demais ministros do STF para a decisão que tomou na segunda-feira (23). Recentemente, sua decisão que definia os critérios para a liberação das emendas já tinha sido respaldada pela unanimidade dos ministros.

Congresso

O Congresso contesta a decisão. Afirma que todas as liberações estavam respaldadas na lei que Câmara e Senado aprovaram após a primeira decisão de Dino, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dino insiste que não é bem assim. Desde a decisão inicial da ex-ministra e ex-presidente do STF Rosa Weber sobre o orçamento secreto, a determinação da Corte é de que é preciso saber quem é o autor da emenda e sua destinação ser detalhada. O que continua não acontecendo com boa parte das emendas de comissão.

Para liberar os recursos, Dino quer que o Congresso entregue as atas das reuniões das comissões temáticas, e que elas mostrem tal detalhamento. A entrega dessas atas é mais do que improvável. Elas não existem. Não houve reunião das comissões para determinar claramente a distribuição dos recursos.

Moraes mantém prisão dos irmãos Brazão, do caso Marielle

Lula Marques/ Agência Brasil



Chiquinho Brazão é acusado de ser um dos mandantes

Da Redação

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a prisão dos acusados de atuarem como mandantes no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. A decisão foi assinada no sábado (21) e divulgada nesta segunda-feira (23).

Moraes manteve a prisão preventiva do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), irmão de Domingos, e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa. Eles estão presos desde março deste ano em presídios federais.

De acordo com a investigação realizada pela Polícia Federal, o assassinato de Marielle está relacionado ao posiciona-

mento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que teriam ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio.

“Mandantes”

Conforme a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de realizar os disparos de arma de fogo contra a vereadora, os irmãos

Brazão e Barbosa atuaram como os mandantes do crime. Barbosa teria participado dos preparativos da execução do crime e tentado, segundo Lessa, atrapalhar o curso das investigações.

Desde o início das investigações, os acusados negam participação no crime. Chiquinho Brazão responde também a processo de cassação, que já foi aprovado, por 15 votos contra 1, pelo Conselho de Ética da Câmara, em agosto. Falta o plenário se pronunciar.

Em novembro, Lessa e o ex-policial Élcio de Queiroz, que dirigiu o carro usado no crime, foram condenados pelo 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Ronnie Lessa foi condenado a 78 anos, nove meses e 30 dias de prisão. Élcio, a 59 anos, oito meses e dez dias.

Com informações da Agência Brasil